



ADUFRJ QUER FORTALECER COBRANÇA DE PASSAPORTE VACINAL PARA RETORNO ÀS AULAS

Páginas 4 e 5



ANDES

MARCA GREVE

AdUFRJ

DISCORDA E CONVOCA ASSEMBLEIA

Paralisação por tempo indeterminado está agendada para 23 de março, duas semanas antes do começo das aulas presenciais na UFRJ. O movimento tem articulação nacional com os servidores públicos federais e reivindica 19,99% de reajuste salarial. Diretoria da AdUFRJ concorda com a pauta, mas discorda da greve neste momento e marcou assembleia geral para o dia 18. Participe! **Páginas 2 e 3**

EDITORIAL

CAR@ COLEGA,

DIRETORIA

Em menos de cinco semanas, choramos a tortura e a morte de Moisés, sentimos dor e revolta por mais uma tragédia humana e ambiental em Petrópolis e, desde a última terça-feira, dormimos e acordamos com medo dos efeitos dramáticos da Guerra na Ucrânia. Todo esse labirinto de notícias terríveis multiplicado por dois anos de pandemia, com quase 650 mil mortos, e quase quatro de governo Bolsonaro, fragiliza nossa saúde mental, mas precisamos encontrar formas de resistir. Há batalhas urgentes que precisamos travar na universidade. Devemos caminhar juntos, minimizando diferenças e somando nossas capacidades criativas.

Estamos nos preparando para retornar às aulas presenciais em abril, mas os cortes orçamentários castigam a estrutura da UFRJ e ameaçam nossas condições de trabalho. Há problemas graves nos prédios do campus da Praia Vermelha, danos estruturais sérios que comprometem a segurança na Escola de Belas Artes e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no Fundão, além da gigantesca demanda por melhorias de ventilação nos enclausurados laboratórios do CCS e nas salas do CT.

Na última terça-feira, em reunião com o Conselho de Representantes da AdUFRJ, ouvimos os relatos angustiados de nossos colegas com a situação da universidade. De um lado, a falta de condições sanitárias se soma a um cenário vigoroso de desgaste de nossos salários, que já acumulam quase 20% de perdas apenas nos três anos do governo Bolsonaro. Do outro, vemos uma vontade gigante de retornar às aulas presenciais e acolher nossos alunos, muitos deles jovens que venceram enormes obstáculos para entrar no ensino superior, mas que ainda não experimentaram a maravilhosa aventura universitária.

Na mesma terça-feira, participamos de uma reunião da diretoria do Andes com as seções sindicais das universidades federais. A direção da AdUFRJ era a maior delegação, com quatro diretores. Representantes de entidades docentes de várias partes do país relataram a insegurança com a possibilidade de deflagração

de uma greve em um contexto de desmobilização e desgaste junto à sociedade civil em virtude do ensino remoto. Ao final do encontro, a direção do Andes encaminhou um indicativo de greve por tempo indeterminado para o dia 23 de março: 33 seções sindicais concordaram, nenhuma foi contra. Três se abstiveram. Nós entre elas.

A direção da AdUFRJ concorda com a pauta salarial, mas discorda da eficácia de uma greve neste momento, em que nos preparamos para o retorno presencial após dois anos de ensino remoto. E, por isso, decidimos convocar uma assembleia para o próximo dia 18 com o objetivo de debater com todos os colegas a nossa posição de não aderir à greve nacional a universidade por tempo indeterminado. Achamos que essa não é a melhor estratégia neste momento e vamos encaminhar na assembleia a nossa posição de não aderir à greve nacional a universidade por tempo indeterminado. Achamos que essa não é a melhor estratégia neste momento e vamos encaminhar na assembleia a nossa posição de não aderir à greve nacional a universidade por tempo indeterminado. Achamos que essa não é a melhor estratégia neste momento e vamos encaminhar na assembleia a nossa posição de não aderir à greve nacional a universidade por tempo indeterminado.

Além dos temas que mobilizaram a UFRJ nesta semana, o **Jornal da AdUFRJ** traz também reflexões ricas de professores e pesquisadores sobre a tragédia de Petrópolis e a guerra na Ucrânia. São leituras instigantes que procuram interpretações diferenciadas sobre realidades que estão na mídia, mas que, por vezes, escapam de olhares mais analíticos. Esperamos que o leitor aprecie e também envie outras sugestões de pauta para nossos jornalistas pelo e-mail comunica@adufjr.org.br. Lembramos que na próxima semana não haverá jornal, em virtude do feriado de Carnaval.

Bom feriado e boa leitura.

PS: Por fim, uma boa notícia. Estamos preparando um debate para celebrar o Dia Internacional da Mulher. Quatro diretoras da AdUFRJ vão conversar com as reitoras da UFRJ e da Universidade Federal do Sul da Bahia, em debate virtual no dia 8, às 10h, pelos canais da AdUFRJ no Facebook e no YouTube. Será um debate intenso sobre os desafios e as conquistas de liderar universidades num contexto tão adverso como o nosso. Participe!

ELAS INSPIRAM: REITORAS E DIRETORAS DA ADUFRJ

CONVERSAM SOBRE OS DESAFIOS E AS CONQUISTAS DA VIDA ACADÊMICA

DEBATE VIRTUAL COM AS REITORAS
Denise Pires de Carvalho (UFRJ) e
Joana Angélica Guimarães da Luz (UFSB).

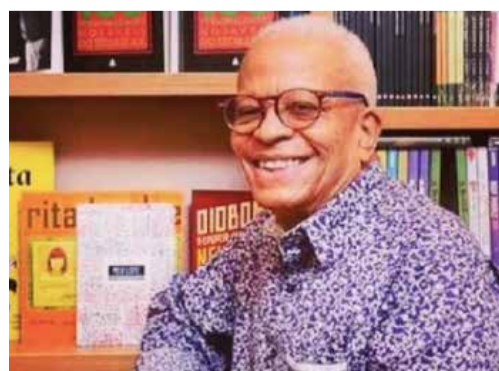
MEDIAÇÃO
Ana Lúcia Fernandes,
Eleonora Kurtenbach,
Karine Verdoorn
e Nedir do Espírito Santo

TRANSMISSÃO
Canais da AdUFRJ
no Youtube e Facebook

08/03
10H

NEI LOPES É HONORIS CAUSA

■ A Faculdade Nacional de Direito reparou o erro cometido em julho do ano passado quando negou a indicação do advogado, escritor e artista Nei Lopes ao título de Doutor *Honoris Causa*. A Congregação da unidade voltou a se reunir e aprovou a indicação do ex-aluno da FND. Lopes tem vasta produção na área de culturas africanas, é também compositor, cantor e ativista do movimento negro. Desta vez, o pedido chegou ao



Conselho Universitário, que aprovou a indicação por unanimidade e sob forte aplauso. Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, o professor

Flávio Martins comemorou a aprovação. “Entra aqui em discussão qual modelo do Direito e de universidade que queremos. Se é um modelo extremamente formalista, tecnicista, ou se é um modelo mais abrangente”, disse. “Nei Lopes é um ex-aluno nosso, um advogado e destaca-se em outras áreas culturais e políticas, inclusive na defesa da ancestralidade da cultura de matriz africana no nosso país”, afirmou o decano. Nei Lopes também foi condecorado pelas federais do Rio Grande do Sul e Rural do Rio de Janeiro, além da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



CONVÊNIOS

■ Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

RIO DE JANEIRO

MAPLE BEAR TIJUCA

MIT CUIDADORES

ACADEMIA TIJUCA FIT

MADONA CLINIC

Psicare PSICARE

FISIOTERAPIA RJ LTDA

CRECHE AMANHECENDO

CRECHE ESCOLA RECRIAR

CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS

ROÇA URBANA ORGÂNICOS

JC LUZ CORRETORA

FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL

MACAÉ

ESCOLA ALFA

CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL

HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

MAIS FITNESS ACADEMIA

INSPIRE ENERGIA SOLAR

Andes apoia e AdUFRJ é contra a greve por tempo indeterminado

> Plenária do sindicato nacional aprovou indicativo de paralisação nacional dos servidores federais por reposição salarial a partir de 23 de março. Seção sindical convoca assembleia cinco dias antes para debater o tema

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufjr.org.br

Em plenária virtual realizada na terça-feira (22), o Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do Andes aprovou calendário de mobilização que indica para o dia 23 de março a deflagração de uma greve nacional dos servidores públicos federais por tempo indeterminado, caso o governo não aceite negociar reajustes salariais. A data foi definida na mesma terça-feira por entidades reunidas pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Os servidores reivindicam reposição salarial de 19,99% — referente a perdas nos três anos do governo Bolsonaro. O calendário também prevê o Dia Nacional de Mobilização, em 16 de março, com manifestações em vários estados e no Distrito Federal.

Na plenária do Andes, o indicativo de greve a partir de 23 de março recebeu 33 votos favoráveis, nenhum contra e três abstenções — uma delas da AdUFRJ. “Vamos nos mobilizar para fazer ações no dia 16, junto com outras categorias, mas a questão da greve por tempo indeterminado vai ser discutida na assembleia do dia 18 de março. Nossa assembleia apontou na direção da construção de um movimento de recomposição salarial, e estamos firmemente engajados nisso. Mas tivemos na assembleia muitas vozes críticas a uma greve por tempo indeterminado. Daí a nossa abstenção. Eu mesmo fui e sou uma dessas vozes. Sou contra a greve por tempo indeterminado, a nossa diretoria como um todo é contra, principalmente agora, quando quase toda a categoria trabalha de forma remota e estamos nos preparando para o retorno presencial”, pontuou o professor João Torres, presidente da AdUFRJ, que participou da plenária do Andes.

Apesar da larga margem favorável, a plenária do Andes mostrou que muitas seções sindicais enfrentam dificuldades de mobilização de suas bases para

CALENDÁRIO

8/3 Dia de Luta Internacional das Mulheres

9/3 Lançamento do Comando Nacional de construção da greve e rodada de assembleias para instalação dos Comitês Locais de construção de greve e votação do dia de paralisação no dia 16/3

16/3 Dia Nacional de Mobilização, com paralisações e manifestações em todo o Brasil

18/3 Rodada de assembleia para definir a deflagração da greve

21/3 Reunião do setor (Andes)

23/3 Indicativo para o início da greve geral por tempo indeterminado, respeitando as especificidades de cada entidade

1º/4 Ato em Porto Alegre (40º Congresso do Andes)

uma greve por tempo indeterminado, em um momento em que grande parte das universidades está em período de férias ou em processo de retomada de aulas presenciais, após dois anos de ensino remoto na pandemia de covid-19.

DIFICULDADES NA BASE

Alguns relatos na plenária do Andes dão a dimensão das dificuldades de mobilização enfrentadas em muitas instituições federais de ensino para a deflagração de uma greve por tempo indeterminado. Em algumas, além da desmobilização da base de docentes, há resistências por parte dos estudantes e da própria sociedade local. “Estávamos muito envolvidos com a mobilização para o retorno presencial e, junto com outras categorias, conseguimos pressionar o Conselho Universitário a aprovar a exigência do passaporte vacinal. Estamos agora engatinhando na mobilização pela construção da greve, temos muito a construir”, relatou o professor Leonardo Botega, diretor da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria (RS).

O calendário acadêmico é um entrave em algumas universidades. “Estamos começando agora 2021.2, e isso fez com que nós ainda não tenhamos feito sequer uma assembleia para debater o tema”, contou o professor Thiago Arruda, vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Tecnológica do Paraná, Lino Trevisan, também relatou que a entidade não conseguiu ainda fazer uma assembleia para discutir o indicativo de greve. Secretária-geral da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (Adufal), a professora Irailde Correia descreveu uma dificuldade adicional em sua base: “Nosso semestre começa em 21 de março de forma presencial. É o mesmo período de mobilização para a greve”.

Os problemas de mobilização ocorrem mesmo em algumas seções sindicais onde já foram feitas reuniões prévias de avaliação do movimento. “Vamos fazer uma assembleia em 9 de março, convocando também os



Sou contra a greve por tempo indeterminado, a nossa diretoria como um todo é contra”

JOÃO TORRES
Presidente da AdUFRJ



Nosso semestre começa em 21 de março de forma presencial. É o mesmo período de mobilização para a greve”

IRAILDE CORREIA
Secretária-geral da Adufal

estudantes e os técnico-administrativos, mas temos enfrentado dificuldades para mobilizar a nossa base”, contou a professora Edivania Alves, diretora-geral da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará.

A professora Celeste Pereira, secretária-geral da Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas, relatou problemas de articulação com outras categorias, no âmbito do Fonasefe, como um obstáculo a ser superado na construção de um movimento nacional dos servidores públicos. O mesmo obstáculo foi levantado pelo professor Fernando Nogueira, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Lavras (MG): “Temos que construir a unidade com outros setores do Serviço Público Federal e dialogar mais amplamente com a população”, defendeu Nogueira, que também apontou a resistência da reitoria ao movimento. “Temos uma reitoria bolsonarista, interventora e estamos sob constante ataque. A reitoria conseguiu até mesmo barrar a exigência do passaporte vacinal para o retorno às aulas presenciais”.

FALTA DE DIÁLOGO

Inicialmente, o indicativo para o início de uma greve por tempo indeterminado dos servidores públicos federais estava previsto para 9 de março. Mas, também por dificuldades de mobilização para uma data tão próxima, o indicativo foi alterado para 30 de março. Esta semana, a data foi novamente alterada para 23 de março, levando em conta que o dia 30 é bem próximo de 4 de abril — esta a data-limite para a concessão de reajustes ao funcionalismo público, de acordo com a Lei 9.504/77 (Lei Eleitoral), que veda medidas nesse sentido de 180 dias antes da eleição até a posse dos eleitos.

Até o momento, o governo Bolsonaro não tem demonstrado motivação para o diálogo com os fóruns nacionais de servidores federais. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já afirmou em várias entrevistas ser contrário à concessão de reajustes a servidores federais este ano.

As entidades representativas de servidores insistem na abertura de negociações, mas sustentam que a greve é um instrumento legítimo de pressão. “O índice que reivindicamos não recupera nossas perdas, só repõe parte delas. O calendário que estamos apresentando busca construir uma unidade dos setores que estão mais avançados e organizados em relação à construção da greve com aqueles que têm outro ritmo. O Dia Nacional de Mobilização, em 16 de março, vai ser decisivo para a gente. Temos que dar um ultimato ao governo Bolsonaro nesse dia, com manifestações em todo o país, e dar o prazo de uma semana para que ele nos responda, ou então vamos para a greve. Isso não é um blefe”, assegurou David Lobão, coordenador-geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) e uma das principais lideranças do Fonasefe.



PASSAPORTE VACINAL EM XEQUE

SILVANA SÁ
E BEATRIZ COUTINHO
comunica@adufurj.org.br

O ensino remoto foi necessário para a universidade, ao longo da pandemia, mas está na hora de acabar. Este é um consenso entre professores das mais diferentes unidades e centros e é o debate central da universidade nos últimos dias. Apesar da certeza sobre a importância de voltar aos campi, a comunidade acadêmica tem muitas dúvidas sobre como garantir a plena segurança de docentes, estudantes, técnico-administrativos e terceirizados após dois anos de uma pandemia que ainda mata quase mil pessoas por dia no Brasil.

Essa segurança passa pela vacinação, mas a UFRJ ainda não tem uma política clara sobre como vai cobrar a comprovação da vacina para aqueles que

acessarem suas dependências. A medida já foi adotada para professores e técnico-administrativos. O controle é feito via chefias imediatas. O maior desafio é exigir a imunização dos estudantes. O segmento compreende mais de 69 mil alunos de graduação e pós-graduação.

A proposta da reitoria é a aplicação de um questionário para o controle vacinal no momento da inserção em disciplinas. “Esse questionário tem objetivo epidemiológico, para conseguir entender quais seriam as nossas fragilidades nessa situação”, explica o vice-reitor Carlos Frederico Rocha.

A medida, no entanto, é considerada insuficiente para a comprovação da imunidade. “Não queremos um passaporte ‘para inglês ver’. Queremos que o atestado vacinal possa ser registrado no SIGA”, considera o professor João Torres, presidente da AdUFRJ. “Passaporte vacinal é importante para a proteção de toda a comunidade. Um indivíduo não vacinado vai transmitir o vírus com muito mais eficiência”, reforça o professor Roberto Medronho, coordenador do GT Coronavírus da UFRJ.

A preocupação do docente, especialista em epidemiologia, se justifica pelos números. Apesar dos bons índices atingidos até agora no país, muita gente ainda não se imunizou. A taxa de pessoas com o esquema completo no Brasil, entre a população vacinável, é de 78%. Entre os maiores de 18 anos, menos de 40% tomaram a dose de reforço, até o momento. No Rio de Janeiro, o índice dos imunizados é de 71% entre aqueles acima de 5 anos de idade, e de 80% entre maiores de 12 anos.

Com boas taxas, mas ainda aquém do ideal, o professor Medronho recomenda que a universidade realize a cobrança aos estudantes via Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA). “Os alunos podem fazer o upload do comprovante no momento da matrícula no SIGA. E no diário do professor pode estar indicado os alunos que não se vacinaram. O docente teria o poder de cobrar um teste nega-

> Comunidade acadêmica se prepara para voltar aos campi e exige garantias de segurança. Política sobre cobrança de comprovação de vacina contra a covid-19 ainda não é clara e não acontece em todas as unidades

tivo dos não vacinados”, sugere. “Considero perfeitamente factível que a nossa universidade, que tem grande tradição na área de tecnologia e computação, cobre esse comprovante nesta forma digital”.

Outra proposta aventada – e que começou a ser colocada em prática em algumas unidades – foi a cobrança do comprovante nas portarias dos edifícios. Neste caso, o profissional terceirizado de segurança é o responsável por exigir o documento de vacina. A medida, no entanto, apresenta limitações, e fica inviável num contexto de alta circulação de pessoas. “Formalmente, não temos uma designação de recursos humanos para uma cobrança nas nossas entradas”, pontuou a professora Terezinha Marta Castiñeiras, chefe do Departamento de Doenças Infecciosas da Faculdade de Medicina, durante a Plenária de Decanos e Diretores da última terça-feira (22).

Coordenadora do Centro de Triagem Diagnóstica (CTD) da UFRJ, ela também é a favor do

questionário para mapear pessoas não imunizadas. “Os não vacinados constituem uma população pequena, não vejo isso como um grande desafio, e a expectativa é que essas pessoas tenham se infectado com a Ômicron. Isso significa um período de pós-infecção que coincide com o nosso retorno”, explica. A infectologista aponta a boa cobertura vacinal do estado do Rio como critério para que as preocupações em torno dos não vacinados seja reduzida. Além disso, ratifica o apoio do CTD na vigilância epidemiológica e no monitoramento de casos.

Para o professor Pedro Lagerblad, do Instituto de Bioquímica Médica, qualquer decisão que se tome sobre o passaporte vacinal precisa ser de caráter educativo. “É uma questão de marcar posição, mas com impacto epidemiológico pequeno, por conta da taxa de vacinação na cidade do Rio de Janeiro, que é de 90%”, declara. “É relevante pedir, do ponto de vista educativo, mas eu não acho que se deva impedir a matrícula de alunos não vacinados, por exemplo”.

As mudanças no cenário epidemiológico, segundo o docente, apontam para uma tendência de baixa taxa de transmissão e número de casos em abril. “Ainda estamos num momento de transmissão importante, o que sustenta o argumento de exigir o comprovante. Minha impressão, no entanto, é que até o final de abril esta questão será letra morta, a menos que apareça uma nova variante”, considera o ex-diretor da AdUFRJ. “A realidade é que a gente precisa estar preparado para dois ou três cenários, mas as projeções, neste momento, indicam um cenário mais favorável em abril”.

A situação mais crítica conhecida é do Edifício Jorge Machado Moreira. “Há questões estruturais no JMM, com licitações em andamento na casa dos R\$ 11 milhões”, revela. Apesar de ainda haver pendência com uma subestação de energia, o pró-reitor confirma que os prazos para entregas de salas de aula está mantido para abril. “Com a liberação do 3º, 4º, 6º e 7º andares de salas de aula, já haverá possibilidade de efetuar o retorno gradual nessas instalações. Vamos contratar também brigada de incêndio”. (Beatriz Coutinho e Silvana Sá)

Ou seja, a universidade ainda não recebeu o valor total previsto por mês de seu orçamento. Ainda assim, Raupp garante que as obras e reparos emergenciais vão ser realizados com o orçamento da administração central, sem descontar do orçamento participativo das unidades. “Temos a expectativa de atender a praticamente 100% das demandas emergenciais. As decanias ainda poderão contar com o orçamento participativo para outras ações que julguem necessárias”, afirma.

As demandas são muitas e o cobertor é curto. Em 2022, a instituição ainda não recebeu seu orçamento integral. “O orçamento está vindo a contagotas. A razão que está sendo liberada é de 3/18 avos, e não 3/12 avos”, explica o pró-reitor.

UFRJ SUSPENDE DISTANCIAMENTO E SITE ‘ESPAÇO SEGURO’

O Grupo de Trabalho Multidisciplinar para Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 da UFRJ (GT-Coronavírus) emitiu nota técnica na última semana em que recomenda a retomada de todas as atividades presenciais sem distanciamento social, a partir de 11 de abril, quando começa o primeiro período letivo de 2022. Como consequência, a universidade decidiu suspender o site Espaço Seguro, lançado em outubro passado. O aplicativo foi planejado para calcular a capacidade máxima de pessoas e tipos de EPIs necessários, de acordo com o tamanho do ambiente e grau de segurança para transmissão da covid-19.

A flexibilização do distanciamento causou insegurança na comunidade acadêmica. “Apesar da suspensão do distanciamento de 1,5 metro, os protocolos falam dele. Zerar isso pode ser temerário judicialmente também”, advertiu a diretora da Escola Politécnica, Cláudia Morgado, durante a Plenária de Decanos e Diretores, dia 22. Para ela, a medida pode

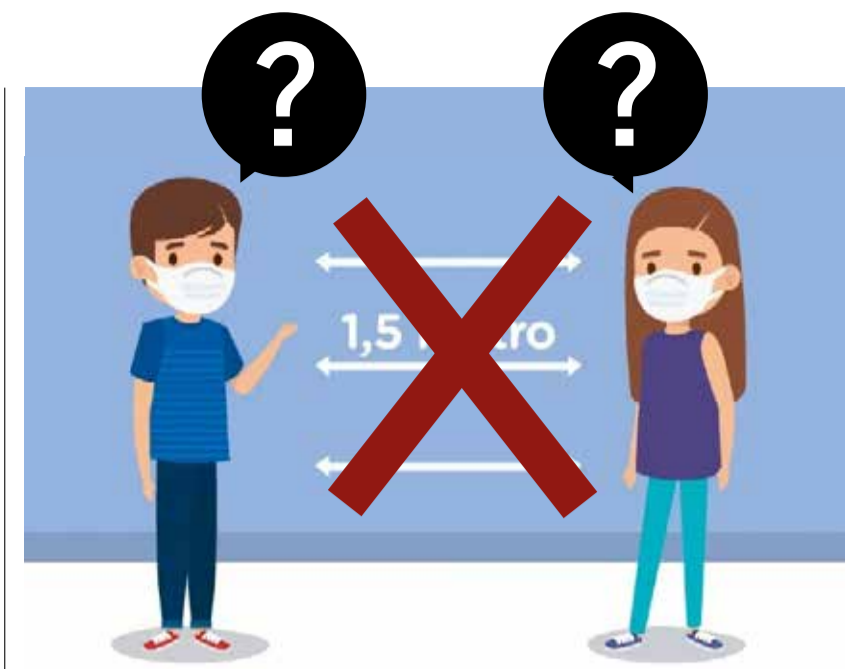
não ser bem vista na sociedade. “As condições epidemiológicas permitem”, argumenta o vice-reitor, professor Carlos Frederico Rocha. Questionado sobre o esforço da universidade empregado na formulação do aplicativo Espaço Seguro, o vice-reitor compara a ferramenta a um termômetro em dias febris. “Quando a febre acaba, o termômetro fica ali. Não vai ser jogado fora, mas não vou utilizar o tempo todo”, exemplifica.

“Ele vai ficar operacional, porque a gente não sabe como vai ficar a pandemia”, completa o pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, professor Eduardo Raupp. “O dimensionamento de aulas práticas também parou, porque voltarão a ser liberadas em sua capacidade máxima”, informa. Os cartazes que continham a capacidade de pessoas que poderiam ser aceitas simultaneamente nos ambientes, seguindo o distanciamento social de 1,5 metro, também serão retirados.

Especialista em epidemiologia e coordenador do GT-Coronavírus,

o professor Roberto Medronho esclarece que esta decisão reflete o que aponta a Ciência. “Evidências mostram que é menos importante o distanciamento social do que a combinação de vacina e máscara”, argumenta o professor da Faculdade de Medicina. “Quando os indivíduos estão vacinados, e a taxa de transmissibilidade e número de casos caem sustentadamente, o distanciamento físico torna-se menos importante. A vacinação, uso de máscaras adequadas e medidas de higienização das mãos são os cuidados mais importantes, além de um ambiente que possua circulação de ar”, indica o especialista.

Os números apontam a tendência destacada por Medronho. No Rio de Janeiro, cidade que concentra a maior parte das unidades e campi da universidade, os números de casos e óbitos se mantêm em queda. A taxa de testes positivos despencou para 4,7% – em janeiro era de 51% –, enquanto a letalidade da doença está em 0,2%. Para efeitos de comparação, esse número era de 8,7% em 2020. Na rede SUS da capital, em 23 de janeiro havia 911 internados. Nesta semana, são 80. Em todo o estado, a média móvel de casos conhecidos é de 5.688 por dia, nos últimos sete dias, queda de 46% em comparação com duas semanas atrás. Já a média do número de mortes está



em 62 por dia, o que representa queda de 14% em comparação com 14 dias atrás.

“A insegurança das pessoas é absolutamente natural, estamos vivendo um momento de muitas incertezas, mas acompanhamos diariamente a evolução da pandemia no Brasil e em outras partes do mundo”, afirma Medronho. Ele explica que o distanciamento social foi fundamental quando não havia vacina disponível e quando a transmissão da doença estava muito alta. “Agora nós temos uma redução sustentada no número de casos e alta cobertura vacinal”, diz. O médico, no entanto, adverte que as recomendações podem mudar de acordo com a situação epidemiológica da pandemia. “Por exemplo, surgindo uma nova

variante muito transmissível ou muito virulenta, a gente retoma as medidas de segurança. Como aconteceu em janeiro, com a ômicron, em que houve o retorno às atividades remotas”, lembra.

Os eventos fechados dos dias de Carnaval preocupam e podem mudar o momento de muitas incertezas, mas acompanhamos diariamente a evolução da pandemia no Brasil e em outras partes do mundo”, afirma Medronho. Ele explica que o distanciamento social foi fundamental quando não havia vacina disponível e quando a transmissão da doença estava muito alta. “Agora nós temos uma redução sustentada no número de casos e alta cobertura vacinal”, diz. O médico, no entanto, adverte que as recomendações podem mudar de acordo com a situação epidemiológica da pandemia. “Por exemplo, surgindo uma nova

CONSELHO DE REPRESENTANTES CRITICA FALTA DE ESTRUTURA PARA RETORNO

Docentes compartilharam dúvidas e angústias para a volta às aulas presenciais, prevista para abril. Encontro resultou numa série de encaminhamentos a serem adotados pela AdUFRJ e pela reitoria

A discussão sobre cobrar e de que forma exigir o passaporte vacinal também fez parte da reunião do Conselho de Representantes da AdUFRJ. O encontro aconteceu no dia 22, pela manhã, debateu os desafios para o retorno presencial aos campi e reuniu professores de mais de 20 unidades acadêmicas. Os docentes reclamaram que a cobrança do passaporte da vacina até o momento não tem seguido uma política clara nas unidades. “Temos algumas questões prementes”, afirmou o presidente da AdUFRJ, professor João Torres. “Estou muito preocupado com o passe vacinal, porque parece que se quer fazer dele uma questão política mais ampla, mas se quer evitar o desgaste interno na cobrança efetiva”, disse. “Sou contra que haja filas em frente a funcionários terceirizados responsáveis pela segurança patrimonial. É preciso que a universidade organize uma forma de cobrança institucional”, reiterou.

“Há muitas preocupações sobre o fornecimento de equipamentos de proteção individual e também em relação à cobrança do passaporte vacinal. Por exemplo, se a exigência da comprovação poderia acontecer pelo SIGA”, relatou a professora Christine Ruta, do

“Ainda nos restam muitas dúvidas. O que vai acontecer com os professores com comorbidades e as pessoas compreendidas na IN 90?”

MÔNICA CARDOSO
Professora do Instituto de Química

O trabalho remoto, como pessoas acima dos 60 anos, com comorbidades, gestantes e responsáveis por crianças em idade escolar e pré-escolar que não estejam em ensino presencial.

“Temos muitos prejuízos que ficaram piores na pandemia, mas precisamos voltar porque nossos cursos são presenciais. O prejuízo para nossos alunos é muito grande, eles se inscreveram para cursos presenciais”, defendeu a professora Mônica.

A infraestrutura predial foi o principal ponto levantado pelo professor Cláudio Ribeiro, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. O edifício Jorge Machado Moreira, que abriga a unidade, sofreu dois incêndios nos últimos anos e apresenta graves problemas estruturais já noticiados em outras edições do **Jornal da AdUFRJ**. “Em meados de janeiro, realizamos uma assembleia vir-

tual, da FAU e da EBA, com mais de 300 pessoas”, revelou. “Há reformas sendo feitas, mas ainda não temos segurança do retorno presencial pleno em abril. O nosso receio é que não exista um plano B caso haja mais atrasos”.

A professora Thaís Motta, do Colégio de Aplicação, cobrou atenção às especificidades da educação básica. “Retornamos em fevereiro com muitas dúvidas. Estamos com todos os estudantes na escola e fazendo processo seletivo para professor substituto neste momento, porque a UFRJ não abriu seleção em tempo de atender ao nosso calendário”, criticou. “Estamos com carga triplicada. Há todo um cuidado para o recebimento de licenciandos, mas o calendário não conversa com a graduação. São muitos descompassos em virtude de um esquecimento da educação básica”.

Representante da Coppe, a professora Leda Castilho sugeriu constituir uma lista de problemas que impedem ou dificultam o retorno presencial seguro e separá-las em ações emergenciais, de médio e longo prazos. “A gente deve tentar separar o que impede o retorno seguro; o precário, que já existia e exige intervenções de médio-grande porte; e ações de pequeno porte que podem impactar na melhoria das condições para o retorno”, elencou. “Fornecimento de EPIs, força-tarefa para abrir janelas bloqueadas; instalação de ventiladores são alguns exemplos”, sugeriu. “Essa lista vai nos permitir indicar as condições para o retorno seguro”. (Silvana Sá)

O QUE FOI DECIDIDO PELO CONSELHO DE REPRESENTANTES

■ Elaboração de questionário para que os membros do Conselho de Representantes respondam às questões prementes de cada unidade;

■ A reitoria deve produzir uma cartilha de volta às aulas, com orientações aos professores sobre pontos como passe vacinal, uso de máscaras e demais recomendações de segurança;

■ Força-tarefa emergencial para tornar adequada a ventilação das salas;

■ Fornecimento de máscaras pela Universidade;

■ Cobrança do passe vacinal de forma explícita de alunos, professores e técnicos;

■ O GT Coronavírus deve acompanhar as condições epidemiológicas em tempo real;

■ A diretoria da AdUFRJ fará campanha de valorização dos professores e da universidade pública;

■ A IN90 precisa ser revogada para que a universidade tenha condição de voltar plenamente às aulas presenciais.



REFLEXÕES ENTRE MORTES E DESTROÇOS

Especialistas ouvidas pelo Jornal da AdUFRJ analisam a maior tragédia da história de Petrópolis, na qual se destacam a falta de planejamento, as mudanças climáticas e ausência de políticas públicas

LUCAS ABREU
lucas@adufjrj.org.br

Depois da tempestade veio o luto, a procura por desaparecidos e uma tentativa de reconstruir a vida em meio a um cenário de caos. Até o fechamento desta matéria, já tinham sido confirmadas 209 mortes e 48 pessoas permaneciam desaparecidas em Petrópolis após as chuvas da semana passada, na maior tragédia da história da cidade. Mas o desastre poderia ser evitado ou mitigado, segundo especialistas ouvidas pelo **Jornal da AdUFRJ**.

Na avaliação da professora Ana Luiza Coelho Netto, do Departamento de Geografia da UFRJ, faltou planejamento. “As chuvas são esperadas, os deslizamentos são fenômenos naturais, mas o desastre não é natural, e sim consequência da falta de um planejamento adequado em bases racionais”, explicou a professora, que há 40 anos estuda processos hidrológicos e erosivos em encostas florestadas. Para ela, os deslizamentos sempre ocorreram, mas as interferências humanas na geografia do local fizeram com que a frequência com que eles acontecem tenha aumentado.

“Antes das interferências humanas, o intervalo de ocorrência era de centenas de anos no mesmo local. Também temos evidências de que a grande devastação da Floresta Atlântica original também induziu a grandes taxas de erosão e mudou o regime de chuvas”, relatou.

Segundo Ana Luiza, uma floresta bem conservada desempenha, além das funções ecológicas de preservação da biodiversidade, um papel de regulação hidrológica e mecânica nas encostas. Uma pesquisa conduzida por ela mostrou que 85% dos deslizamentos ocorridos em 2011, quando a região serrana do Rio viveu uma tragédia de enormes proporções, foi em áreas de vegetação degradada. “As ocorrências de agora foram em área urbana, mas elas começaram em encostas que já perderam a vegetação”, explicou.

Para a professora, a solução do problema passa pela construção de um novo modelo de planejamento e gestão territorial. “O modelo em curso privilegia os interesses econômicos. Balancear o ajuste entre o modo de ocupação e os limites de estabilidade do terreno é fundamental”, defendeu. Ana Luiza ainda questionou os critérios para a elaboração de cartas de risco dos terrenos. Sua intenção agora é analisar as cartas de risco das áreas mais afetadas.

“Suspeito que essas cartas não foram produzidas com uma metodologia apropriada. Elas olham só a geologia e o solo, sem avaliar o estado da vegetação. Também falta uma análise de vulnerabilidade social”, disse.

E o planejamento vai ser fundamental, porque as mudanças climáticas devem aumentar os efeitos em populações que vivem em áreas de risco. Quem explica o cenário é a professora Lise Sedrez, do Instituto de História da UFRJ. Especialista em História Ambiental Urbana, Lise faz parte de um grupo interdisciplinar, formado por cientistas de diversos países, que estuda o impacto das mudanças climáticas em comunidades vulneráveis.

“Estamos vendo o modelo climático mudar, então teremos chuvas extremas, que já aconteciam, mas que começam a ser mais fortes, menos previsíveis e mais frequentes. Todo o modelo sobre o qual estamos acostumados a pensar o clima do planeta está se alterando”, explicou a professora. Por outro lado, as mudanças que a humanidade fez no ambiente também resultam em efeitos para a sociedade. “Temos que lidar com os dois lados. Ninguém vai parar de pedir para pavimentar áreas do Rio ou não vamos conseguir voltar ao clima de 150 anos atrás. Então vamos ter que mitigar quando

for possível e nos adaptar”, defendeu Lise.

E o caminho para uma melhoria, segundo ela, é uma política de moradia articulada a uma política de transporte público, que leve em consideração a preservação ambiental. “Não adianta criar uma política que coloque as pessoas longe dos seus trabalhos sem que elas tenham acesso a um transporte público. E a política de moradia não pode prescindir da preservação ambiental”, avaliou Lise. Ela também ressalta a importância de engajar as comunidades locais na preservação e zeladoria locais, para que elas participem das políticas públicas. “Mas essas políticas de moradia têm que ser continuadas e consistentes. Quem volta a construir em um lugar que foi destruído é porque não tem opções”, afirmou.

A RECONSTRUÇÃO

A pesquisadora Natasha Barbosa também estuda História Ambiental Urbana. Doutoranda na Fiocruz, ela mora em Petrópolis, e está vendo de perto os movimentos que vem estudando ao longo da sua vida acadêmica. Ela investiga a história de grandes enchentes que aconteceram na cidade do Rio, e relata um fenômeno comum a elas.

“Passado um tempo, fica a instabilidade: para onde essas

pessoas vão? Elas vão mudando de lugares, e nem sempre seguros. É um processo contínuo de vulnerabilidade socioambiental. Elas continuam em lugares de risco, até porque são pessoas mais pobres as afetadas por essas catástrofes”, contou a pesquisadora. Ela cita como exemplos famílias que foram atingidas pelas enchentes de 2011, e que já tinham sido vítimas de um episódio grave de enchentes e deslizamentos que aconteceu em 1988 na cidade. Segundo ela, as pessoas voltam a ocupar áreas de risco, ou mesmo reocupar áreas de onde precisaram ser removidas, principalmente por falta de alternativas, mas também movidas por um senso de pertencimento ao local e àquela comunidade.

“Não existe uma solução rápida e mágica. Obras estruturais podem levar cinco ou seis anos para fazer diferença. Desde 2011, tivemos mudanças muito tímidas, como a instalação de sirenes e obras de contenção”, contou Natasha. Mas ela acredita que falte um planejamento de infraestrutura que vá além de construir casas depois que a tragédia acontece. “As pessoas não existem apartadas dos espaços que elas ocupam. As ações têm que propiciar moradias mais seguras, um ambiente que faça essas moradias menos vulneráveis”, defendeu.

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, do IPPUR/UFRJ. “A Constituição de 1988 estabelece os princípios de planejamento e de reforma urbana, obrigando que a cidade pratique uma gestão baseada nesses princípios, traduzidos nos planos diretores e nas leis de planejamento urbano. Mas esse projeto acabou sendo derrotado na sociedade brasileira”, explicou o professor.

A derrota do projeto de pla-

nejamento urbano proposto pela Constituição de 1988, na avaliação do professor, levou a um modelo que privilegia os interesses econômicos de grandes agentes. “As cidades são também os lugares onde se organizam os blocos de poder que dirigem o nosso desenvolvimento capitalista. Os interesses econômicos e políticos têm uma importância muito grande na gestão do planejamento urbano como negócio e como

moeda política”, avaliou. Luiz Cesar é também coordenador do Observatório das Metrôpoles, que reúne pesquisadores de 16 capitais do Brasil pensando os desafios do planejamento urbano no contexto social, econômico e político do país. “Estamos preparando um trabalho, para ficar pronto este ano, com um diagnóstico com as 16 metrôpoles onde estamos, com propostas que retomem esses princípios e instrumentos

da reforma urbana”, contou o professor. Algumas ações que ele citou como exemplo são um maior controle do uso e ocupação do solo, restrição do uso das áreas de encostas e de preservação ambiental, além de políticas de ampliação do acesso à moradia. “Precisamos de uma política habitacional de massa, para dar alternativa àqueles que não têm acesso à habitação pelo mercado”.



PETRÓPOLIS: UMA TRAGÉDIA DA ORDEM URBANA BRASILEIRA

Para quem estuda o desenvolvimento urbano brasileiro, não basta pensar em medidas pontuais para evitar tragédias como a que aconteceu em Petrópolis. É preciso retomar uma política de planejamento das cidades. Quem defende esta posição é o professor

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, do IPPUR/UFRJ. “A Constituição de 1988 estabelece os princípios de planejamento e de reforma urbana, obrigando que a cidade pratique uma gestão baseada nesses princípios, traduzidos nos planos diretores e nas leis de planejamento urbano. Mas esse projeto acabou sendo derrotado na sociedade brasileira”, explicou o professor.

A derrota do projeto de pla-

nejamento urbano proposto pela Constituição de 1988, na avaliação do professor, levou a um modelo que privilegia os interesses econômicos de grandes agentes. “As cidades são também os lugares onde se organizam os blocos de poder que dirigem o nosso desenvolvimento capitalista. Os interesses econômicos e políticos têm uma importância muito grande na gestão do planejamento urbano como negócio e como

moeda política”, avaliou. Luiz Cesar é também coordenador do Observatório das Metrôpoles, que reúne pesquisadores de 16 capitais do Brasil pensando os desafios do planejamento urbano no contexto social, econômico e político do país. “Estamos preparando um trabalho, para ficar pronto este ano, com um diagnóstico com as 16 metrôpoles onde estamos, com propostas que retomem esses princípios e instrumentos

da reforma urbana”, contou o professor. Algumas ações que ele citou como exemplo são um maior controle do uso e ocupação do solo, restrição do uso das áreas de encostas e de preservação ambiental, além de políticas de ampliação do acesso à moradia. “Precisamos de uma política habitacional de massa, para dar alternativa àqueles que não têm acesso à habitação pelo mercado”.

Artigo

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e coordenador do Observatório das Metrôpoles



Devemos, na medida do possível, procurar atuar na desconstrução da narrativa do senso comum presente na mídia baseada na suposição da “desordem urbana” como a causa dos tantos desastres urbanos que têm ocorrido: Petrópolis (RJ), Franco da Rocha (SP), Belo Horizonte, sul da Bahia.

Estamos assistindo às consequências trágicas de uma ordem urbana fundada no *laissez-faire* do mercado, do mandonismo urbano e da estrutural desinstitucionalização e desestatização dos governos municipais. A gramática do governo das emergências substituiu a gramática do planejamento, dos planos diretores e das leis de desenvolvimento urbano. A burocracia profissional na gestão das cidades foi desprestigiada e deslocada para

abrir espaço para o governo direto pelas forças e interesses do mercado e patronagem urbana.

A adoção do governo das emergências é mais rentável eleitoralmente que o pouco visível governo do planejamento e da norma. Gera votos, alimenta clientelas eleitorais e incentiva financiamento de campanha, além de legitimar narrativas salvacionistas. Imaginem o rendimento político alcançado pelos donos do poder, prefeitos, governadores e até o presidente, ao aparecerem na grande imprensa e nas telas dos jornais nacionais com o colete das “defesas civis” e apresentando as “soluções salvadoras”!

Enquanto isto, vemos o que não foi feito para preparar antecipadamente as cidades para atravessarem estes eventos extremos do clima. A evidência deste padrão de governo das emergências como prática cons-



ciente dos donos do poder: a gestão de Cláudio Castro (PL), governador do Rio, gastou apenas metade do previsto em prevenção de tragédias no Rio de Janeiro. Segundo matéria da Folha de São Paulo com dados do Portal da Transparência, apenas 47% do valor previsto em orçamento para ser gasto em 2021 no programa de prevenção e resposta a desastres foi

de fato empenhado. Em 2013, o então governador Sergio Cabral (PMDB) investiu apenas 37% da verba destinada a obras na Serra e na Baixada — dos R\$ 4 bilhões disponíveis, apenas R\$ 1,5 bilhão foi efetivamente usado em obras, segundo a Revista Veja. Isso tudo mesmo com o conhecimento das tragédias anteriores ocorridas na Região Serrana, como a que ocorreu em

2011 e afetou os municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Sumidouro e São José do Vale do Rio Preto, resultando em mais de 900 mortos e 100 desaparecidos, além das 35 mil pessoas que perderam suas casas ou tiveram que sair por conta do risco de desabamento. Estes são desfechos esperados da nossa ordem urbana.

UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA

Na última terça-feira (22), a UFRJ enviou dois caminhões de donativos a Petrópolis. As doações contabilizaram quatro toneladas e foram arrecadadas pela comunidade acadêmica. Roupas, calçados, alimentos não perecíveis, água, produtos de higiene e brinquedos estavam entre os itens mais doados. A universidade continua recebendo as doações até o dia 10 de março, sempre em dias úteis, das 9h às 16h, na sede da Prefeitura do campus, no Fundão (Praça Jorge Machado Moreira, 100, Cidade Universitária).

GUERRA E PAZ

FIORI: “EUROPEUS E OTAN NÃO TÊM FORÇA PARA ENFRENTAR A RÚSSIA NO MOMENTO”

ANA BEATRIZ MAGNO
anabiamagno@adufrj.org.br

“Depois que uma guerra começa é muito difícil prever até onde irá e quando terminará, a menos que exista um perdedor claro. Neste caso, dependerá muito da velocidade da operação militar russa e, portanto, dos seus objetivos imediatos”, analisa José Luís Fiori, professor titular de Economia Política da UFRJ e observador atento da guerra que, desde terça-feira, atormenta o mundo, ceifa vidas na Ucrânia e desafia

os analistas internacionais.

Autor de *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações* (Boitempo, 2007), Fiori não acredita que a invasão da Ucrânia detone uma guerra mundial nos moldes clássicos, como as que ocorreram na primeira metade do século XX, mas acha que o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, não seguirá no cargo por muito tempo. “Ele será substituído de qualquer maneira”, diz. “No momento, parece pouco provável uma guerra mundial aberta. Os europeus e a Otan não têm força para enfrentar a Rússia agora. Os Estados Unidos estão muito divididos e fragilizados



pela sua recente humilhação militar no Afeganistão, e pelo fracasso político de suas intervenções militares para mudar os governos ou regimes da Líbia, do Iraque, da Síria, do Iêmen, e do próprio Afeganistão.”

Fiori ressalta que, para entender as raízes do conflito, é importante recuperar a relação umbilical e histórica entre Rússia e Ucrânia. “A história da Rússia começa em Kiev por volta de 800 D.C.,

e nestes longos séculos o território atual da Ucrânia pertenceu a vários países e finalmente à Rússia e à URSS no século XX”, lembra o docente, detalhando em seguida o momento em que a Ucrânia conquista a independência. “Na verdade, a Ucrânia só se transforma num estado nacional autônomo em 1991, como parte da “punição” imposta à Rússia depois da derrota soviética na Guerra Fria. Agora os russos estão se propondo a modificar os termos deste “acordo de paz” que lhe foi imposto no início dos anos 1990. De certa forma, se poderia dizer que, em termos históricos seculares, o território ucraniano pertenceria mais à Rússia do que o de Taiwan à China”.

Isso significa que Putin queira reincorporar a Ucrânia à Rússia? Fiori responde: “Não creio que a Rússia queira anexar a Ucrânia, mas com certeza querem desmilitarizá-la ou ‘finlandizá-la’, como propôs que fosse feito por Henry Kissinger há uns sete anos”.

ZHEBIT: SOU RUSSO E SOU BRASILEIRO NATURALIZADO. EU ME SINTO TRISTE”

Além de José Luís Fiori, o **Jornal da AdUFRJ** convidou o professor Alexander Zhebit para interpretar a crise que ocupou o noticiário mundial na última semana. Fundador do curso de Relações Internacionais da UFRJ, Zhebit, de 70 anos, está há quatro décadas no Brasil, e enxerga o conflito no Leste Europeu não apenas com o olhar de pesquisador. Zhebit é russo e, claramente, um defensor da perspectiva russa do confronto. Nascido na cidade de Brest, na Bielorrússia, ele nos concedeu a seguinte entrevista.

● **Jornal da AdUFRJ - O senhor é russo. Como foi receber a notícia do começo da guerra?**

■ **Alexander Zhebit** - Sou russo e sou brasileiro naturalizado. Eu me sinto triste e revoltado com qualquer guerra, que deve ser banida da sociedade. Esta que começou é a continuação da guerra que já dura mais de oito anos em Donbass. É uma guerra fratricida entre irmãos, porque russos e ucranianos são povos irmãos, ligados étnica, cultural, linguisticamente. Espero que o conflito termine o mais rápido possível, resultando numa solução pacífica e negociada com a participação ampla da comunidade internacional em que as ameaças à segurança de ambos os lados sejam enfrentadas e eliminadas, com base na reconfiguração do sistema de segurança na Europa, deixando o espírito da Guerra Fria e a existência da Otan no passado.

● **O senhor acha que a guerra vai escalar a níveis mundiais?**

■ A guerra começa e ninguém

sabe como termina. Porém, este conflito não vai evoluir para um conflito mundial, justamente porque a Ucrânia, graças a Deus, ainda não é país-membro da Otan. Portanto, os Estados Unidos e os outros 29 países não poderão intervir. Mas as intenções deste bloco militar remanescente da Guerra Fria estão claras e foram percebidas pela Rússia.

● **Qual o objetivo real de Putin? É apenas conter a Otan, mas também retomar, de alguma forma, o poder soviético? Nesse caso, a guerra real seria para anexar a Ucrânia?**

■ O objetivo da Rússia consiste em proteger a sua segurança, ameaçada pela Otan e pelos Estados Unidos, o líder inquestionável da política antirrusa na Europa e no mundo. Os Estados Unidos declararam a Rússia e a China, na sequência da Nova Guerra Fria, como seus principais adversários. A Otan se expandiu militarmente depois da Guerra Fria, desde 1997, de 16 a 30 países-membros, inva-



dindo a Europa Central e Oriental, assim como declarou a intenção de engolir as repúblicas da antiga União Soviética e chegar às fronteiras da Rússia, com mísseis e armamentos nucleares. Isto representa a maior ameaça à existência da Rússia desde a Segunda Guerra. A Ucrânia se propôs a entrar na Otan depois do golpe de Estado de 2014, que trouxe ao poder um governo nacionalista, radical e antirruso, apoiado por movimentos neonazistas ucranianos, e, sobretudo, pelos Estados Unidos e pela Otan. Assim, ela começou a ser usada como testa de ferro na política de deslocamento e da estrangulação econômica e política da Rússia. Em 2014, devido ao assalto armado pelo governo de Kiev às comunidades russas na Ucrânia, estas regiões tiveram que resistir e proclamar a independência. As repúblicas separatistas foram transformadas em enclaves de genocídio da população russa, deixadas sem alimentos, sem remédios, sem aposentadoria, sem serviços sociais, odiadas pelo governo da Ucrânia porque eram russas que queriam falar a sua língua, manter a sua cultura e ser respeitadas. Você pergunta se a Rússia quer anexar a Ucrânia e restaurar a União Soviética? O messianismo soviético ficou no passado e acabou com a fim da União Soviética. A Rússia

não pretende anexar a Ucrânia, porque a Rússia vai cuidando da sua segurança nas condições em que a Ucrânia se candidata a membro da Otan e a Rússia leva a sério a pretensão da Ucrânia de se tornar um país-detentor de armas nucleares, o que o governo ucraniano declarou publicamente.

● **Quem é o presidente ucraniano? Qual o peso da ultra-direita nazista em seu governo?**

■ Quanto ao presidente da Ucrânia, diz-se que é um judeu e em tese não pode favorecer grupos nazistas. Seria bom se fosse assim. Mas a realidade demonstra o contrário. O governo dele estabeleceu símbolos, feriados dos partidos e dos líderes nazistas, chamados pudicamente nacionalistas, e que serviam à Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial. A russofobia se desenvolve na Ucrânia porque o peso da ideologia nacional-socialista na política ucraniana é grande. O partido comunista e outros partidos que representam províncias russas foram proibidos na Ucrânia. Aconteceu a lustração do país. A língua russa foi proibida na comunicação social e nas escolas e nas universidades. A etnia russa deixou de fazer parte dos principais povos radicados na Ucrânia, nem é mencionada na legislação respectiva. A perseguição, tortura, humilhação e assassinatos de antigos deputados, de políticos, de servidores, de jornalistas, de simpatizantes do governo russo, de ativistas de direitos humanos, tornaram-se práticas cotidianas, apoiadas pela Justiça do país. O assassinato bárbaro de 47 ativistas antigoverno em Odessa (em maio de 2014), que foram queimados vivos pelos grupos da extrema-direita, continua impune. Os tiroteios que provocaram a morte

de mais de cem participantes dos protestos no Maidan em fevereiro de 2014 não tiveram investigação conclusiva. A corrupção continua assolando o país, outrora rico e agora um dos menos desenvolvidos na Europa. É assim que funciona a democracia ucraniana.

● **O senhor faz uma avaliação minuciosa do presidente da Ucrânia, do ponto de vista do desrespeito sistemático aos direitos humanos e à democracia. Mas qual sua avaliação sobre Putin sob essa mesma perspectiva?**

■ A democracia russa é nova e vai evoluindo, se erigindo desde os anos 1980, com a transformação democrática que aconteceu nos anos finais da União Soviética, antes da desintegração, e que se baseia no Estado de Direito, mas é suscetível às influências culturais, religiosas e históricas de um país sofrido por duas Guerras Mundiais, por regimes tanto opressores, como stalinismo, quanto autoritários do período comunista. Ela viveu lições históricas da violência das revoluções, das guerras mundiais e civis, do terrorismo e do separatismo, aprendendo que elas não deveriam se repetir na vida da geração presente e das gerações vindouras.

● **Mas o senhor não falou sobre Putin...**

■ Putin é seguidor das tradições russas e das normas internacionais em direitos humanos. Tem sido considerado autoritário no Ocidente, principalmente por sua oposição feroz ao terrorismo, particularmente durante a Guerra da Chechênia, ou então pela suposta perseguição de oponentes políticos, como Navalny, este último um opositor brandido com um apoio ocidental bem amplo.